



PROCESSO N.º : 52.566-7/2021
REPRESENTANTE : DIEGO PARANHOS CORREIA – CONTROLADOR INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
REPRESENTADA : PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
INTERESSADOS : MOISÉS DOS SANTOS – prefeito
LEANDRO CARDOSO LEITÃO – secretário de Administração
ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA
RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

DECISÃO

Trata-se de Representação de Natureza Externa, proposta pelo Sr. Diego Paranhos Correia, controlador interno do Município, em desfavor da Prefeitura Municipal de Juscimeira, em razão de possíveis irregularidades nas contratações temporárias realizadas indevidamente no exercício de 2020 e 2021.

A referida Representação versa sobre contratações temporárias reiteradas no Município de Juscimeira, descaracterizando o excepcional interesse público, agravando-se ainda devido ao fato a maior parte delas ocorrerem sem qualquer critério de seleção, sem critérios técnicos, em ofensa aos princípios da impessoalidade, legalidade e moralidade, tornando-se contratações de “pessoas escolhidas a dedo”.

O Representante narra que a admissão de servidores públicos sem a precedência de concurso público somente pode ocorrer em situações extraordinárias e expressamente elencadas no ordenamento jurídico constitucional (artigo 37, II, V e IX da Constituição Federal e artigo 173, § 2º, da Constituição Estadual), sendo que o Poder Público tem o dever de demonstrar a excepcionalidade da situação e a existência de interesse nas nomeações para cargos em comissão.





Nesse contexto, o Representante informa que tais contratações ocorrem por meio da emissão de Nota Fiscal e não estão vinculadas diretamente à folha de pagamento. Constou que, durante o exercício de 2020, a Controladoria verificou pagamentos que totalizaram R\$ 3.204.927,82 (três milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), sendo empenhados no elemento de despesa 3.3.90.04 – Contratações temporárias.

O Representante observou também que, durante o exercício de 2021, tais irregularidades não só persistiram, como se expandiram, pois, no 1º quadrimestre verificou que essas contratações totalizaram o valor de R\$ 1.570.380,57 (um milhão, quinhentos e setenta mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos).

Ato seguinte, o Representante verificou que, conforme disposto no artigo 18 da LC n.º 101/00, a despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

O Representante considerou que a realização de despesas com pessoal acima do limite estabelecido na LC n.º 101/00 e tendo a sua classificação não vinculada à folha de pagamento são irregularidades tipificadas como de natureza “GRAVÍSSIMA” e “GRAVE”, respectivamente, na Cartilha de Classificação de Irregularidades para apreciação e julgamento das contas anuais de governo e de gestão (Resolução Normativa n.º 02/2015-TP).

Ao final, o Representante solicitou que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso adote as medidas cabíveis, tendo em vista a ocorrência





de contratações temporárias reiteradamente, descaracterizando o excepcional interesse público, em ofensa aos princípios da impessoalidade, legalidade e moralidade, e com a ocorrência de subestimação da despesa total com pessoal.

A Representação foi admitida por meio de Decisão ¹, e posteriormente encaminhada à Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal para análise e instrução técnica.

Em razão da reestruturação administrativa, a 4ª Secretaria de Controle Externo, no tocamento do Relatório Técnico para Manifestação Prévia², identificou as seguintes irregularidades:

KB_01 Pessoal_Grave_01. Contratação de pessoal por tempo determinado sem atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, burlando a exigência de realização de concurso público (art. 37, II e IX, da Constituição Federal).

Responsáveis: Moisés dos Santos – Prefeito
Leandro Cardoso Leitão – Secretário de Administração

DB_09 Gestão Fiscal/Financeira_Grave_09.

Inadimplência no pagamento da contribuição patronal, débito original ou parcelamento (arts. 10 e 11 da Lei 8.212/91).

Responsáveis: Moisés dos Santos – Prefeito
Leandro Cardoso Leitão – Secretário de Administração

E, ainda, propôs que seja encaminhado o referido Relatório Técnico ao gestor e ao secretário de Administração, mediante ofício, oportunizando a apresentação de manifestação prévia e, após, o retorno dos autos para prosseguimento.

Isto posto, para uma melhor análise dos fatos e juízo do feito, em razão das irregularidades e de seus responsáveis, com fulcro ao disposto no artigo 195, §1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e na Resolução Normativa n.º 17/2020, **concedo** ao Sr. Moisés dos

¹ Documento digital 166133/2021;

² Documento digital 251169/2023;





Santos, prefeito municipal, e Sr. Leandro Cardoso Leitão, secretário de Administração, o prazo de **5 (cinco) dias úteis** (§ 4º do artigo 1º da RN n.º 17/2020), para que, querendo, manifestem-se acerca dos fatos, podendo, caso queiram, enviar documentos (§ 2º do artigo 1º da RN n.º 17/2020).

Notifique-se.

Em seguida, remetam-se os autos à **Gerência de Controle de Processos Diligenciados** para a contagem do prazo consignado ou a certificação do seu decurso.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 19 de outubro de 2023.

(assinatura digital³)

CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF
Relator

³ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.

